

MÉDICOS DENTISTAS PEDEM ALTERAÇÃO À LEGISLAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA

Sindicato dos profissionais do setor defendeu, no seu segundo encontro nacional, que a lei “veio trazer requisitos impossíveis de cumprir” e coimas avultadas que prejudicam pequenos consultórios.

“**H**á décadas que nos consultórios e clínicas dentárias a radiologia já era, e deve ser, regulada de forma exequível, desburocratizada e simples”. A afirmação é do Dr. Serafim Freitas, presidente do Colégio da Especialidade de Estomatologia da Ordem dos Médicos, que marcou presença na II Reunião Nacional do Sindicato dos Médicos Dentistas (SMD). O encontro de profissionais do setor decorreu no passado dia 2 de julho, no icónico Teatro Thalia, em Lisboa, que serviu de palco para, entre outros temas, debater os desafios da proteção radiológica no âmbito da medicina dentária.



“Se não for alterado urgentemente este enquadramento legislativo, não vejo outra opção senão o encerramento dos consultórios.”

Dr. Serafim Freitas, Ordem dos Médicos

Em causa está a transposição “desajeitada” da diretiva europeia sobre proteção radiológica, que fez transitar a supervisão da Direção Geral da Saúde (DGS) para as competências da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). “Não se percebe porque é que a DGS não poderia ter continuado a contribuir com esta nobre função. Para os novos atores [APA] está a ser uma aprendizagem”, lamenta o representante da Ordem dos Médicos, que diz não ter existido “diálogo suficiente” da parte destas entidades para acolher eventuais alterações à lei. Nem mesmo com o lançamento de uma petição nacional assinada por profissionais de estomatologia, medicina dentária e medicina veterinária foi possível

alcançar um acordo, revela. “O Governo não recebeu os representantes das classes profissionais”, critica.

Além de não concordarem que a supervisão da utilização de aparelhos radiológicos tenha sido entregue à APA, cujas competências não incluem a área da saúde, os médicos dentistas discordam frontalmente das novas exigências. Entre elas, a necessidade de uma clínica dentária dispor de um especialista em física médica que seja responsável pelo uso de radiações ionizantes. Caso não sejam cumpridos os novos requisitos, as clínicas e os consultórios arriscam coimas pesadas, cujos valores podem oscilar entre 24 mil euros e os cinco milhões de euros. “A maioria das clínicas que temos em Portugal faturam entre 100 e 300 mil euros por ano, portanto não podem pagar estas quantias”, alerta o Dr. Serafim Freitas. Porém, o engenheiro Miguel Pereira, do Departamento de Emergências e Proteção Radiológica (EPR) da APA, garante que “não foi aplicada nenhuma coima por falta de especialista em física médica” e diz mesmo que a APA reconhece a dificuldade na contratação destes profissionais.

Significa isto que, pelo menos até ao final deste ano, existe um período de transição em que a APA se comprometeu a não penalizar consultórios e clínicas dentárias, desde que estas possam comprovar que estão ativamente à procura de especialistas em física médica, que já tenham iniciado o pedido de registo ou de licenciamento da prática. “A APA considerou que existe um risco baixo [de utilização de radiação] para estas práticas [de medicina dentária] e, por isso, autoriza a utilização dos equipamentos, confiando que os critérios exigidos serão reunidos pelo consultório”, explica Miguel Pereira.



“Conseguir a carreira de médico dentista [no Serviço Regional de Saúde da Madeira] foi um trabalho intenso.”

Dr. Gil Alves, Ordem dos Médicos Dentistas

Por outro lado, a exigência de formação dos médicos dentistas em proteção radiológica é mais um dos pontos de discórdia para o sindicato, que considera que estes profissionais adquirem estas competências durante a frequência universitária e que não faz sentido que sejam obrigados a ter esta certificação. “O negócio dos cursos também existe”, diz o Dr. Serafim Freitas, acrescentando que “representa 9 a 18 milhões de euros por ano para transformar profissionais competentes na área em profissionais competentes na





“A função primordial do sindicato é promover e defender os interesses e os direitos dos médicos dentistas.”

Dr. João Neto, fundador do SMD

área”. O fundador e presidente da Assembleia Geral do SMD, Dr. João Neto, detalha a *O Jornal Dentistry* que “os principais problemas da lei são o excessivo e desconexo conteúdo programático, sobretudo tendo em consideração a já extensa e reconhecida formação académica dos médicos dentistas” para a obtenção do título de técnico qualificado (nível 2) e técnico operador (nível 3).

Apesar das alterações à legislação já realizadas, o engenheiro Miguel Pereira lembra que a APA já apresentou uma proposta de retificação ao Governo, que ainda estará a analisar o pedido. Esta proposta sugere que os conteúdos e a carga horária a cada nível de qualificação sejam ajustados, que o reconhecimento possa ser obtido quando a formação integra o programa de licenciatura e que o período de validade deste reconhecimento seja alargado. “Esta proposta não foi ainda aprovada pelo Governo e até lá tem de se cumprir com o que está na legislação”, avisa o responsável da APA.



Combater más condições de trabalho

Um dos principais objetivos aquando da fundação do SMD, em novembro de 2020, passava pela negociação de um contrato coletivo de trabalho, algo inédito entre os médicos dentistas. Apesar de nunca ter acontecido, o Dr. João Neto explica que estas negociações se justificam com os “muitos atropelos à dignidade profissional e aos direitos de trabalho”, como questões ligadas à remuneração, pagamento de subsídios ou usufruto de período de férias. As denúncias têm chegado ao sindicato numa “impressionante quantidade”,

“A própria APA já percebeu que há aqui muitas coisas para alterar e quer alterar a lei [da proteção radiológica].”

**Dr. Serafim Freitas,
Ordem dos Médicos**

lamenta o presidente da Assembleia Geral do SMD. “Este estado de coisas interessa aos grandes grupos económicos e seguradoras do setor da saúde”, diz, referindo que estas entidades procuram reduzir o valor dos atos médicos prestados pela classe. “Numa profissão em que tudo é muito



caro, desde materiais a equipamentos, é impossível praticar os preços que os planos e seguros de saúde publicitam”, acrescenta ainda, considerando que este enquadramento “é um convite à exploração laboral”.

Apesar de ainda não ter sido possível concretizar, na prática, o contrato coletivo de trabalho, o Dr. João Neto revela a *O Jornal Dentistry* que as negociações prosseguem e reforça o empenho do SMD em continuar este processo.

Três homenagens à profissão

No final de um dia dedicado ao debate sobre os desafios dos médicos dentistas em Portugal, o SMD reservou tempo para prestar homenagem pública a três profissionais do setor – a Dra. Armanda Amorim, o Dr. Jorge Leitão e o Dr. Gil Alves – pela sua “conduta, ética e consciência profissional”. O sindicato agradeceu o contributo destes médicos dentistas para a valorização e reconhecimento da profissão, em particular no caso do Dr. Gil Alves, que encetou uma luta pelo direito ao reconhecimento da carreira de médico dentista no Serviço Regional de Saúde da Madeira. A carreira foi aprovada a 17 de março de 2021, permitindo uma conquista que continua a ser reivindicada em Portugal Continental e nos Açores. ■

Francisco Almeida

